

## APRESENTAÇÃO

O número que ora se apresenta, ao ter como tema Letramento, literacia, literacidad, visa, em alguma medida, responder a um desafio levantado no âmbito da discussão tida na mesa “Alfabetização, letramentos e múltiplas linguagens na educação de jovens e adultos”, do IV Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos-ALFAEEJA, ocorrido em Braga em 2017. Aí foram destacadas e discutidas as semelhanças e diferenças entre as realidades referidas na palavra portuguesa ‘literacia’ e no conceito de ‘letramento’ em uso no Brasil. Muitas vezes tidas como sinônimas, demonstrou-se como a palavra usada em Portugal, ao contrário da conceptualização original de ‘letramento’ no Brasil, carrega consigo acepções antagônicas que o termo de que é diretamente traduzido – literacy – também comporta: no discurso dominante, referindo-se a um conjunto de competências técnicas e descontextualizadas que distinguem tipos de sujeitos, e em discursos minoritários veiculando a versão dos novos estudos de literacia, isto é, enquanto sinônimo de práticas sociais de leitura e escrita; como aliás, também o termo ‘literacidad’, que, apesar de ser muitas vezes apresentado como relativo aos conhecimentos necessários para o uso eficaz dos textos escritos, numa dada comunidade, é discutido, sobretudo no mundo da América latina, majoritariamente segundo um enfoque sociocultural. Para além disto, acresce, ainda hoje, que, para muitos, nestes mundos lusófonos e hispânicos, como ficará demonstrado nos textos que aqui estão reunidos, o termo ‘alfabetização’, do mundo latino, continua a servir aos mesmos propósitos do congêneres do mundo anglófono.

Independentemente das diferentes orientações para a ação de política educativa que

as distintas acepções e suas genealogias podem gerar, começamos a viver, por certo, um conceito híbrido que, como tal, é mais rico e poderoso. Por isso, mais do que dar voz ao conflito, a seleção de textos para este número temático visa, ao contrário, estabelecer diálogos, contribuindo para um olhar plural, coletivo, mais denso e produtivo sobre um fenómeno de indiscutível relevância social: o papel das culturas do escrito na educação e formação de jovens e adultos que, pelas perversidades dos sistemas geradores de desigualdades sociais, se viram cerceados no acesso aos recursos e oportunidades necessários para usufruir desse direito aos textos, à literacia, letramento, literacidad.

Centrada na realidade portuguesa, Carmen Cavaco da Universidade de Lisboa, Portugal, analisa, em três eixos que se complementam – as estatísticas, as políticas, os sujeitos – a situação dos portugueses que se encontram no grau zero do acesso ao mundo da escrita, ou seja, em situação de analfabetismo “literal”. Nesta tessitura, o texto dá conta de um ainda significativo número de adultos, entre os 15 e os 64 anos, que está impedido de aceder aos mundos de literacia que constituem, hoje, as nossas exigentes sociedades grafocentradas. Segundo a Autora, “a crença” de que o analfabetismo seria naturalmente resolvido com a universalidade da escolaridade obrigatória terá contribuído “para um desinvestimento progressivo em políticas públicas de alfabetização de adultos, nas últimas décadas, em Portugal” e, pelo contrário, para um investimento nos “pouco escolarizados”, no âmbito da “formação profissional, inicial e contínua”. Nestas circunstâncias, as desigualdades de diversas ordens que deram origem ao analfabetismo perpetuam-se ao longo da vida destes cida-

ções, impossibilitados que assim ficam de, pela literacia, exercer plenamente os seus direitos à educação, à “progressão profissional e mobilidade social”. A ultrapassagem das injustiças sociais desta ordem não é compatível, segundo a Autora, com o silenciamento que tem envolvido o problema, exigindo “financiamento, por parte do Estado, de medidas de alfabetização de adultos, adequadas do ponto de vista dos conteúdos e dos modos de trabalho pedagógico, às expectativas, às experiências de vida e os projetos dos analfabetos”, num processo que, “do ponto de vista político, científico e social, incorpore uma importante dimensão ética, a ter em conta nas reivindicações e exigências”.

No segundo artigo, David Mallows, do Institute of Education de Londres, Reino Unido, entendendo a “literacia como a capacidade de ler e escrever em um nível em que os indivíduos possam efetivamente entender e usar a comunicação escrita, seja em mídia impressa ou digital”, analisa a questão no campo da educação de adultos, tomando como referencial o “Quadro Europeu de Boas Práticas para aumentar os níveis de literacia de crianças, adolescentes e adultos” elaborado pela Rede Europeia de Políticas de Literacia – ELINET – rede constituída por especialistas de 78 instituições de 28 países, financiada pela Comissão Europeia. Esse Quadro pretende-se um documento orientador de “boas práticas” de políticas e medidas que, nos países europeus, visem responder ao “desafio da literacia”, uma vez que, na Europa, “um em cada cinco jovens de 15 anos e quase 55 milhões de adultos não possuem habilidades básicas de literacia”. Seguindo as orientações europeias emanadas do Grupo de Alto Nível da União Europeia sobre literacia, em 2012, o Quadro organiza-se em função de três grandes objetivos e condições para uma resposta mais

eficiente e eficaz às necessidades de literacia de todos os cidadãos: criar ambientes mais alfabetizados; melhorar a qualidade do ensino; aumentar a participação e inclusão. Para o campo da educação de adultos, o artigo apresenta, para cada um desses grandes objetivos, os pressupostos e as ações que os podem concretizar, partilhando o princípio de que a Europa e os seus estados membros devem ter a literacia como o centro das políticas públicas, uma vez que, como se pode ler na Declaração Europeia do Direito à Literacia: *“Todos na Europa têm o direito de adquirir literacia. Os Estados-Membros da UE devem garantir que as pessoas de todas as idades, independentemente da classe social, religião, etnia, origem e sexo, disponham dos recursos e oportunidades necessários para desenvolver competências de literacia suficientes e sustentáveis para poderem compreender e utilizar eficazmente a comunicação escrita, na forma manuscrita, impressa ou digital.* (ELINET, 2016)”.

A autora Jane Paiva é pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil), e apresenta em seu artigo –, no campo da Educação de Jovens e Adultos argumentos, que permitem a compreensão do significado da leitura na sociedade, focalizando a realidade brasileira. Destaca que “leitura e escrita vêm provocando novas modalidades e variedades de exclusões dos sujeitos [jovens e adultos não alfabetizados e/ou semiescolarizados], ao tempo em que contraditoriamente os envolve [...] no turbilhão de técnicas, tecnologias, imagens e recursos comunicacionais que complexificam as relações sociais e produtivas”. Nos seus escritos, centra a discussão da temática formação de leitores “em lugar dos conceitos de alfabetização e letramento/literacia”. É que a pesquisadora entende “que esses conceitos” estão “em oposição/complementaridade e

disputa permanente entre autores, o que restringe a compreensão de uma ideia potente tomada como possível substitutivo: de que o movimento permanente dos sujeitos no mundo, de desvendamento da cultura escrita, se faz como processo de *formação de leitores*, no sentido atribuído à leitura e à escrita em sociedades grafocêntricas”. Reconhece que existe “tanto aproximações como afastamentos entre conceitos de alfabetização e letramento – ora vistos como equivalentes, ora considerados distintos – assim como a presença do termo cultura escrita em estudos mais recentes sobre a aquisição da língua escrita. Inclui, nesse conjunto, uma nova ideia para disputar um lugar mais consequente a *formação de leitores* jovens e adultos”.

O quarto artigo da autoria de Marcela Kurlat, investigadora docente do Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación (IICE-UBA) da Universidad de Buenos Aires, Argentina, descreve experiências de trabalho com a literatura em centros de alfabetização inicial de jovens e adultos. As estratégias ‘leitura pelo professor’ e ‘leitura autônoma’ são apresentadas como ferramentas para inserir os jovens e adultos em práticas de literacia dominantes ou, nas palavras da Autora, “práticas sociais da linguagem” necessárias para “sustentar práticas mais potentes” de que estes adultos foram excluídos. Todas as experiências relatadas assentam no pressuposto de que qualquer pessoa por fazer parte do mundo letrado “construiu idéias e conhecimento sobre o que as marcas gráficas representam, mesmo que nunca tenha ido à escola”. Perfilham também do princípio que aprender a língua escrita implica relacioná-la tanto com “a multiplicidade de usos sociais em que a mesma está inserida”, como com os modos de apropriação de práticas de linguagem que são “históricas, culturais, identitárias, lin-

güísticas, cognitivas, que envolvem conhecimentos sobre o sistema e a linguagem escrita bem como sobre os gêneros e as práticas de leitura e escrita que circulam na sociedade”. Nesse contexto, a Autora defende que, independentemente do nível de literacia em que as pessoas se encontram, os círculos de leitura que o texto descreve têm condições para restituir aos que foram despojados do direito à educação, a possibilidade de entrar em mundos possíveis carregados de sentido.

O artigo do pesquisador Jorge Teles “analisou dois aspectos sociais da prática de leitura entre jovens e adultos no Brasil contemporâneo, a partir dos argumentos elencados como motivação para essa prática pelos sujeitos entrevistados na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil”. Teles destaca que no Brasil há uma persistência no analfabetismo e que as Campanhas de Alfabetização acontecidas “em tom emergencial, visando à ‘erradicação’ do analfabetismo”, não deram conta dessa realidade. Para ele, o acesso à leitura e à escrita são fatos concretos de exclusão social. No texto, a partir dos dados levantados, ficou explícito que a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, revelou-se como uma fonte muito significativa de informações para outros estudos que venham a aprofundar as análises sobre as dimensões sociais da motivação para leitura de jovens e adultos, enfatiza o autor a necessidade de atentar “para as interações entre as variáveis consideradas”. Destaca a necessidade de se olhar para “A exploração sobre como as construções sociais das motivações para leitura são internalizadas pelos sujeitos e tomadas como ‘naturais’ precisa avançar, a fim de que se tenha maior clareza sobre a dinâmica social do alfabetismo e, em especial, da relação com a cultura escrita por parte dos jovens e adultos no Brasil do século XXI”.

O texto de Maria Del Carmo Lorenzatti, pesquisadora da Universidad Nacional de Córdoba e da Universidad Nacional de Chilecito, ambas situadas na Argentina traz inicialmente uma abordagem conceitual sobre cultura escrita, desde os novos estudos sobre *literacidad*. Na sequência, ela apresenta um projeto de extensão universitária, que tem como foco o escrito. Projeto esse realizado na cidade de Córdoba – Argentina, com um grupo de profissionais junto a uma professora de nível primário de jovens e adultos. E, por fim, delinea pontos relacionados ao ensino da leitura e escrita com jovens e adultos. Lorenzatti destaca que em suas experiências “en trabajos con maestros de jóvenes y adultos evidencia que son muy pocos los textos que circulan en estos espacios. Se encuentran textos cortos generalmente fotocopiados y en varias ocasiones se trata de textos escolares de niños; muchas veces son textos expositivos e instructivos, como recetas de cocina; recortes de periódicos, comics pero existe escasa producción de los estudiantes y menos aún escritura colectiva”.

Por fim, mas não por último, o texto “Educação de jovens e adultos e formação docente: “... vou aprender a A LER para ensinar meus camaradas!” da autoria de Terezinha Oliveira Santos apresenta, de forma crítica, uma (re)visão da prática docente da autora, de quando atuava na educação básica, pois ela hoje integra o quadro de professores da Universidade Federal do Oeste Baiano. A autora apresenta uma prática eivada pelo mito da democracia racial, buscando, de forma lúdico-crítica aprendizagens para si e para seus e suas estudantes, desembocando em cosmopercepções acerca de sua própria identidade cidadã e profissio-

nal que resultou em dissertação de Mestrado e na sua constituição enquanto pesquisadora. Partindo de conceitos acadêmicos de alfabetização, escolarização e letramentos a autora estabelece um diálogo com cursos de licenciaturas, gestores educacionais e todos aqueles envolvidos na promoção de uma Educação de Jovens e Adultos “desmitologizada” conforme objetivos preconizados na Lei brasileira 10.639/03, a qual trata sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, para que melhor possamos compreender e aniquilar os estratagemas semânticos e ideológicos com os quais a linguagem eurocêntrica, secularmente, tem manipulado a nossa maneira de ser e estar no mundo.

Assim, com esses textos, o segundo número da Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos vem a público apresentar, de pontos de vista diferentes e de perspectivas diversas, um assunto sempre presente na educação, notadamente em se tratando de pessoas que levam para as escolas uma bagagem cultural, semântica e de letramento, literacias que precisam ser consideradas para o desenvolvimento e apropriação cidadã da leitura e da escrita.

Convidamos os-as leitores-as para partilharem conosco das produções aqui registradas, na perspectiva de estabelecermos diálogos como contributos para esta temática, que, ainda, causa muitos equívocos na sua interpretação.

As Organizadoras:

Maria de Lourdes Dionísio

Marinaide Lima de Queiroz Freitas

Rosemary Lapa de Oliveira